



Título: Os novos espaços da política: a repercussão das campanhas de D. Pedro I contra D. Miguel, 1826-1862.

LUANA MELO E SILVA¹

Apresentação:

A Revolução do Porto e a instauração das Cortes constituintes em Lisboa foram marcos importantes da experiência liberal luso-brasileira. Estes eventos, assim como a difusão das ideias liberais, foram causa e consequência da ampliação dos espaços públicos de debate político, fosse a emergente imprensa periódica, nos futuros parlamentos, nas ruas, lojas maçônicas, clubes, dentre outros. Os anos que se seguiram seriam de igual turbulência e agitação política não apenas para aqueles homens acostumados a conduzir os negócios do Estado, mas também para parte crescente dos habitantes de ambos os lados do atlântico, agora elevados à condição de cidadãos e com direitos de participação política em dois distintos estados nacionais em construção, Brasil e Portugal.

Ao retorno do rei D. João VI a Portugal, a declaração de Independência e coroamento de D. Pedro, Imperador do Brasil, seguiu-se uma crise sucessória com a morte de D. João VI e a subida de D. Miguel ao trono em Portugal. A crise dinástica e política não ficou circunscrita aos círculos mais fechados da monarquia, nem ao velho continente. Ela repercutiu também no Brasil entre uma parcela cada vez mais ampla da população que acompanhara entre os anos de 1822 e 1831 a ascensão e queda da imagem de D. Pedro e da monarquia ao longo do período que levou à sua abdicação.

Nos anos seguintes não seria diferente. O miguelismo e as campanhas de D. Pedro em Portugal para recuperar o trono, direito de sua filha, repercutiriam na imprensa brasileira cujos números e alcance se ampliavam fomentando o debate político entre os setores médios urbanos. O objetivo deste trabalho é acompanhar as memórias produzidas sobre o evento pela imprensa periódica e por novas e velhas tecnologias de comunicação como os dioramas e outras formas de circulação de representações, confrontando com a memória produzida pela historiografia do século XIX.²

Tentamos compreender de que modo a ampliação do acesso ao impresso entre os setores médios urbanos levou a política até camadas da sociedade que não tinham acesso a ela em termos modernos. Acompanharemos a repercussão do conflito entre Dom Miguel e Dom Pedro na

¹ Pós-dutoranda no Programa de Pós-graduação em História da UFOP

² WOOD, R. Derek. 1993. "The Diorama in Great Britain in the 1820s." *History of Photography* 17(3): 284–95.



imprensa como forma de entender a circulação da política entre setores mais amplos da sociedade. Nossa hipótese é que o conflito com Dom Miguel teria ajudado a reabilitar a memória de Dom Pedro I e da monarquia no Brasil, ambas desgastadas durante os conflitos que levaram à Abdicação em 1831.

Palavras chave: D. Pedro I, Miguelismo, sociedade civil.

A historiografia do século XIX, representada por autores como Francisco Adolfo Varnhagen, José da Silva Lisboa e mais autores ligados ao IHGB, tende a excluir a “população comum”, ou seja, aquela excluída do manejo dos negócios do Estado em suas narrativas sobre os mais importantes processos políticos, fundadores do Estado e da Nação, dentre elas a independência do Brasil, a abdicação de D. Pedro, entre outros. Estas interpretações contribuíram para a consagração da imagem de uma nação pacífica, cujos destinos foram conduzidos pelas elites políticas, sem conflagrações, e que exclui a participação popular dos mais importantes processos políticos.

Em minha tese de doutorado, acompanho a trajetória de José Joaquim da Rocha e sua decisiva participação política no período da independência do Brasil. Analiso sua atuação na imprensa, a mobilização das assinaturas para a permanência do futuro primeiro imperador no Brasil, a troca de correspondência e suas articulações em favor do Fico. O capitão-mor que fora exposto à casa de uma proeminente família de Mariana, se transfere para o Rio de Janeiro em 1808, e passa a atuar nos novos espaços da política que vinham se abrindo e se consolidando como lugar de disputa envolvendo um público em ampliação. Nesta conjuntura, a ele caberia estabelecer a ligação entre a sociedade civil e a sociedade política, que concorreria para a criação de uma hegemonia liberal/constitucional no momento da nossa independência. Não obstante sua efetiva participação, mobilizando e envolvendo muitas pessoas nas disputas da Independência, a imagem que se perpetuaria na historiografia desde o século XIX é de um processo conduzido pela casa de Bragança, excluindo ou subestimando o papel do que podemos chamar sociedade civil, ou seja, aquela parcela da sociedade que não está diretamente envolvida com o aparelho do Estado, mas que atua através de diversas instâncias como associações, clubes, igrejas, corporações.³ A conjuntura da independência do Brasil e todas as disputas políticas que ela ensejou mostrou-se momento propício à observação das novas dinâmicas da vida política e da

³ SILVA, Luana Melo. “O primeiro motor da Independência”: José Joaquim da Rocha e a experiência política do constitucionalismo no Brasil. Tese de doutorado. UERJ, 2016.



atuação dos mais diversos personagens no processo, que precisavam agora aprender a operar com as novas ferramentas, espaços e elementos do jogo político como a opinião pública, fortemente influenciada por ideias de liberdade, participação política e cidadania. Os próximos anos não seriam muito diferentes.

No ano de 1826, a morte de D. João VI deu início a uma profunda crise política em Portugal que teria repercussões no Brasil, mesmo como nação independente. O rei morto não havia deixado instrução sobre sua sucessão, o que gerou uma disputa entre D. Pedro I, imperador do Brasil, e o seu irmão, D. Miguel.

D. Pedro agiria rapidamente no sentido de resolver o problema sucessório. Reuniu seu Conselho, produziu uma constituição para Portugal e abdicou do trono português em favor de sua filha D. Maria, que deveria se casar com seu tio, D. Miguel sob a condição de jurar a constituição elaborada pelo imperador do Brasil.

A nova conjuntura política era bastante tensa. Silvana Mota Barbosa descreve a repercussão, na Europa da contra-revolução, dos problemas políticos e diplomáticos e seu desenrolar naquela conjuntura. Em julho de 1826 seguia o debate a respeito da autoridade das potências europeias sobre as outras nações do continente, sobre a conveniência ou não de uma constituição para um país livre e a situação de Portugal estaria no centro dessa discussão.

Tanto a Carta Constitucional Portuguesa, quanto a atuação de D. Pedro neste contexto, foram censuradas por estes países (ligados à Santa Aliança) por trazer ideias revolucionárias perigosas para a região e a Europa como um todo. Desde o congresso de Viena, as grandes potências europeias estabeleceram como princípio a obrigação de cooperar para a manutenção da paz e da ordem, devendo, portanto, agir em conjunto sempre que o equilíbrio europeu fosse ameaçado. É deste princípio que surge o conflito em torno do “direito de intervenção”, pois cada potência procurava alargar ou consolidar suas áreas de influência, o que muitas vezes criava situações de conflito de interesse. A Sucessão no trono português envolvia uma série de questões, que poderiam justificar uma intervenção dos países da Santa Aliança em Portugal, revogando assim os ditames de D. Pedro I.⁴

A morte de D. João VI, os problemas sucessórios, os planos de D. Pedro, bem como a outorga da carta constitucional elaborada para Portugal pelo Imperador do Brasil foram objeto de debate na imprensa do Brasil e da Europa, e envolveu pensadores como Benjamin Constant, que sairia em defesa daquela carta constitucional contra a reação negativa de alguns gabinetes

⁴ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “Portugal na Política Inglesa (1815-1848)” In: *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*. Lisboa: Ed. Estampa, 1991, p.331; SILBERT, Albert. “*La France e la politique portugaise de 1825 a 1830*”. In: PEREIRA, Mirian H; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; SERRA, João B. (orgs) *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 1º Vol. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981, pp 41-61. Apud: BARBOSA, Silvana Mota. *Autoridade e Poder Real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional Portuguesa de 1826*. Locus (UFJF), Juiz de Fora, v. 10, p. 722,2004. P11.



européus. Constant defendia esta como a única saída possível para a crise das monarquias diante da importância que ideias de liberdade haviam ganhado pelo mundo. Não haveria mais, para o pensador francês, espaço para as monarquias absolutistas, tendência defendida pelo irmão de Pedro, Dom Miguel.⁵

Concentrando sua análise entre os anos de 1826 e 1827 e nos artigos de Benjamin Constant sobre a carta constitucional portuguesa, Barbosa produz importante interpretação para a construção da imagem e autoridade de D. Pedro, caras à pesquisa que propomos. Segundo a autora, naquele momento, Pedro personificava a imagem do monarca constitucional do pensamento de Constant. Era o legítimo herdeiro do trono, nem mesmo a Santa Aliança poderia contestar seu título. Além disso, sua legitimidade não era fruto da constituição e assim, ele poderia transformar a situação da Europa.

Talvez seja possível inferir que Pedro I representava um papel decisivo porque estava exatamente nas fronteiras das duas correntes possíveis na época, constitucionalismo e o despotismo. Este, apegado às questões da tradição, ligado a um passado de monarquias absolutas, não podia contestar a legitimidade de um Imperador que tinha uma herança familiar no trono. Por outro lado, aqueles que defendiam os novos princípios consagrados em fins do século XVIII, da necessidade de uma Constituição para selar o pacto da sociedade civil fundado no regime representativo, viam o Imperador como o “fazedor de Constituições”, cartas estas quase gêmeas que seguiam os preceitos constitucionais de Constant.⁶

O Imperador D. Pedro tinha conhecimento do debate que se desenrolava na Imprensa européia a respeito de sua carta e estava consciente, ainda, da “fama” indesejada de monarca autoritário, quase absoluto, que adquirira após o fechamento da constituinte de 1823 no Brasil. O artigo do jornal francês *Moniteur Universel* “faz parte dos documentos pessoais da família imperial que foram levados para o Castelo D’Eu, na França e que, em 1948, passaram para a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.”⁷

No ano de 1828, com o apoio da mais alta nobreza e do alto clero, D. Miguel, que não havia jurado a constituição outorgada pelo irmão, usurpou o Trono e tornou-se rei de Portugal. Todos esses eventos repercutiam na imprensa.

Andréa Lisly Gonçalves vem se dedicando ao estudo da história dos brasileiros implicados nos processos políticos instaurados no reinado de D. Miguel entre 1828 e 1834. Estes defendiam o retorno da Carta Constitucional e por isso foram acusados de conspirarem contra o rei e o retorno do absolutismo em Portugal. Ao identificar estes indivíduos, presos políticos

⁵ BARBOSA, S. M. Op.cit.

⁶ Idem. Ibid. p16

⁷ Idem. Ibid.



brasileiros do regime miguelista, Gonçalves identifica a predominância dos militares, mas destaca o envolvimento de pessoas de diferentes condições sociais: “cirurgiões, estudantes, criados de servir. Brasileiros que entoavam cantos e hinos a favor da constituição; que distribuíam e liam panfletos em locais públicos. Todos constitucionalistas ou acusados de defenderem o liberalismo”⁸.

No reinado de D. Miguel, a edição de periódicos foi uma atividade das mais intensas. Há que ressaltar, porém, que os jornais estavam sujeitos à forte censura, não havendo espaço para a imprensa liberal. Essa, ao contrário e à exceção dos exilados, que publicavam no exterior, teria de recorrer à tradição absolutista de se manifestar através de panfletos e pasquins anônimos. Porém, enganam-se os que supõem que o elitismo do regime, conhecido como miguelismo, afastou o apoio dos setores populares. Ao contrário, uma parcela da população mais pobre de várias regiões do Reino, erradios, homens solteiros pobres, apoiou ativamente o novo regime e travou uma longa guerra de guerrilhas contra os liberais, cujo apoio popular vinha de artesãos, camponeses e pequenos comerciantes.⁹

Gonçalves, no mesmo artigo, descreve como as mobilizações populares em Portugal naquele momento tomaram grandes proporções e observa sua repercussão também entre historiadores e memorialistas liberais mais ou menos contemporâneos. Estes superdimensionaram a participação das “classes ínfimas” “com o objetivo de “desqualificar” o inimigo”.¹⁰

A citada pesquisadora dedicou-se à análise dos processos movidos contra os opositores do regime. Nestes ela encontrou 11 envolvendo brasileiros de diferentes partes do país e observa que, em sua maioria, eram “pessoas comuns”.

Reinhart Koselleck, em seu clássico livro *Crítica e Crise*¹¹, descreve o surgimento da sociedade civil burguesa do interior das próprias estruturas do Antigo Regime. Na medida em que clero e nobreza perdiam força social, a burguesia ascendia econômica e socialmente, mas não possuía a representação política proporcional a sua nova e crescente importância histórica. Incluída no terceiro estado, considerada culta e proprietária, a burguesia passa a se movimentar no sentido de impor sua visão de mundo fundada em um espaço de consciência individual preservado no pacto social que funda a legitimidade das monarquias nacionais. Isso se dá por meio da crítica a princípio velada e indireta, sutis ao regente ou ao governo. Essa crítica era, acima de tudo, moral e inicialmente se dava em segredo, nos espaços privados das academias.

⁸ GONÇALVES, Andrea Lisly. “Cidadãos teóricos de uma nação imprecisa”: a ação política de estrangeiros no reinado de D. Miguel, 1828-1834. Revista Tempo | Vol. 21 n. 38, julho de 2015. Acesso em: novembro de 2016. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2015/11/andrea_goncalves.pdf

⁹ Idem. Ibid.

¹⁰ Idem. Ibid.

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999.



A sociedade que se institucionalizava gradativamente nestes espaços não possuía autoridade política, o que passaria a ser então sua maior virtude. O poder dos grupos secretos, especialmente das maçonarias, gerou um poder fora do Estado (embora muitas vezes os homens do Estado tenham se servido da influência destes grupos secretos para atingir metas políticas), exacerbando a crítica que se alargava em espaço público e neste, as opiniões privadas passaram a se manifestar como lei. Criticar é reduzir o homem (seja quem for, inclusive o rei) à condição de cidadão. Neste processo ia se alterando as relações entre soberano e súdito, enquanto a ilustração colocava o indivíduo no centro de todas as questões.

Surgiam novas formas de sociabilidade caracterizadas pela associação de indivíduos de diferentes origens, mas com valores parecidos e fundadas em ideias de igualdade e liberdade. Essas associações modernas seriam diferentes das antigas associações corporativas. São agora os salões, tertúlias, academias, lojas maçônicas e junto, neste movimento de intenso debate político, observa-se o nascimento da opinião pública, o grande tribunal político da modernidade. É claro que as “pessoas comuns” de que trata Gonçalves não são exatamente aquelas de que tratam Koselleck, nem mesmo o espaço de atuação. Orientamo-nos nesta pesquisa, pelos conceitos de esfera pública moderna, como reunião de pessoas privadas. Estas pessoas privadas seriam, na descrição de Habermas¹², a sociedade civil (setor de trocas e mercadorias, do trabalho social) e espaço íntimo da pequena família, que emergem em um contexto em que as coisas do Estado não são mais prerrogativa do rei. Para o caso brasileiro observamos estas categorias sendo utilizadas por autores como Marco Morel¹³, que pensa a esfera pública como espaços de sociabilidade como os cafés e outros espaços urbanos no Rio de Janeiro imperial.

A concepção com que trabalhamos aqui é a da inegável ampliação dos espaços de debate político fomentado pela ampliação da imprensa periódica e outros mecanismos de difusão de informação e entretenimento como os Dioramas¹⁴, que envolviam uma população mais ampla nos assuntos da vida política e sem dúvida mobilizavam a opinião pública¹⁵, elemento fundamental na política àquele tempo.

Desde os anos 1820 observamos em toda América portuguesa um aumento significativo da produção e circulação de periódicos de cunho político. A grande maioria destes jornais

¹² HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

¹³ MOREL, Marco. As transformações nos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

¹⁴ Eram apresentações de maneira o mais realística possível de imagens e cenas da vida a um público amplo com a finalidade de entretenimento. Será mais bem explicado mais à frente.

¹⁵



veiculava ideias liberais e constitucionais, desencadeadas como efeito da Revolução do Porto. Essas publicações fomentavam um debate político que se desenvolvia em espaços públicos como cafés, sociedades secretas como a maçonaria, livrarias. Os jornais noticiavam os eventos que iam se processando na Europa e na América, explicavam ideias, doutrinavam em favor ou contra um determinado pensamento político, aumentando o número de pessoas envolvidas no debate político à época. Estes jornais multiplicavam-se, veiculando ideias “incendiárias” num mundo em que nem todos tinham escolarização e experiência política suficiente para compreender com clareza o conteúdo daquelas ideias. No caso do Brasil as preocupações se agravavam devido às condições sociais¹⁶ e às proporções continentais do território. Era impossível prever que tipo de reação essas ideias poderiam causar.

Os jornais eram produzidos pelas elites intelectuais e destinados a um público leitor que obviamente deveria ser capaz de ler e interpreta-los, mas muitas vezes, sua produção era orientada por disputas entre as próprias elites políticas.

Lúcia Bastos traz alguns dados interessantes sobre este cenário, avaliando que a população livre do Brasil no ano de 1823 “a partir de uma memória estatística do Império”, era “em torno de 2 milhões e 810 mil homens livres, dos quais, em 1821, cerca de 43 mil residiam na cidade do Rio de Janeiro”.

Para o início do século XIX, não há dados oficiais sobre o número de pessoas alfabetizadas no Brasil. Alguns caminhos indiretos, no entanto, podem dar pistas. O historiador Roderick Barman (1988), por exemplo, adotou um procedimento interessante ao analisar o *Manifesto do Fico*, em fins de 1821. Partindo de um total de 43.139 habitantes livres para a cidade do Rio, ele deduziu um pouco mais de um terço referente aos menores de idade e, em seguida, dividiu o resultado pela metade, a fim de distinguir os sexos. Chegou, assim, a 14.380 homens adultos e livres, em relação aos quais os 8 mil assinantes do *Manifesto* constituem quase 56%. Apesar das deficiências notórias do método de contagem de assinaturas, tal porcentual indica uma taxa de alfabetização bastante elevada da população masculina adulta e livre do Rio de Janeiro, equivalente àquela verificada em cidades francesas do século XVIII, como Aix-en-Provence, Lyon e Caen. Evidentemente, a situação não era a mesma no restante do território, nem mesmo nas demais cidades, com a possível exceção de Salvador e, talvez, do Recife e de São Luís.¹⁷

Com relação à venda e comercialização dos periódicos, a pesquisadora identifica pelo menos nove livreiros especializados, mais três lojas ligadas a tipografias e onze nomes de

¹⁶ Refiro-me ao problema da escravidão

¹⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Cidadania e participação política na época da independência do Brasil*. Cadernos CEDES. Vol 22 no58. Campinas. Dezembro de 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000300004. Acesso em julho de 2015.



negociantes de artigos variados que também comercializavam estes jornais. *“Para fins de comparação, em 1826, existiam em Buenos Aires apenas 5 livrarias.”*

Os preços também não eram inacessíveis a um público mais amplo. Os periódicos custavam entre 80 e 120 réis por número em 1821 enquanto uma “empada com recheio de ave” custava 100 réis ou “a aguardente de cana”, 80 réis a garrafa. *“Chegava-se a afirmar na época que o povo, por faltar condição para ir ao teatro, divertia-se com os “bufões [os periodiqueiros] por pouco dinheiro”.*¹⁸

Havia, ainda a possibilidade de ter acesso ao conteúdo dos jornais por meio da oralidade. Muita gente tomava conhecimento destas ideias por meio de leituras em voz alta e conversas sobre os últimos acontecimentos políticos nas lojas, boticas, na praça pública. Pensando nisso, a pesquisa que aqui se apresenta, pretende reconstruir essa dinâmica de expansão e reinvenção dos espaços da política na citada conjuntura. Observando a forma como os problemas e as disputas relativas à organização e exercício do poder chegavam com as notícias das campanhas de D. Pedro I pela recuperação do trono e envolviam uma população mais ampla. Desde o ministério e os Conselheiros de D. Pedro e seu círculo palaciano; a sociedade civil, representada por membros das elites e poderosas forças econômicas do centro-sul; mas também entre o povo nas ruas, permanecia intenso debate sobre o imperador que abdicara e a monarquia.

D. Miguel estabelecera a censura na imprensa portuguesa, e no exílio, muitos dos seus opositores dedicaram-se à publicação de jornais. Além dos jornais, os Dioramas, que tiveram importante circulação entre a Europa e o Brasil são também fontes importantes de análise, pois nos dão indícios de como um público mais amplo tinha acesso às notícias e representações dos acontecimentos.

Gonçalves, ao observar o intenso jogo político vivido na província de Minas Gerais nos anos regenciais, localiza a repercussão das ações de D. Miguel no jornal liberal O Universal de 6 de abril de 1831. Afirmava que Manoel Esteves, português que vivia na cidade de Mariana, acusado de mobilizar gente de baixa extração em revoltas na região, era “Mais inimigo da liberdade do que os mesmos satélites de d. Miguel”.¹⁹

O jornal condenava o “regime de terror” imposto pelo irmão do Imperador. A redação do jornal seria de Bernardo Pereira de Vasconcelos, cujo irmão mais velho, Jerônimo Pereira de Vasconcelos seria um dos perseguidos políticos pelo regime. Para a autora isso seria um

¹⁸ Idem. Ibidem.

¹⁹ GONÇALVES, Andréa Lisy. A luta de brasileiros contra o miguelismo em Portugal (1828-1834): o caso do homem preto Luciano Augusto. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 211-234- 2013. Acesso em: 11/2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/09.pdf>



recurso retórico do jornal, já que não há indícios da relação de Vasconcelos com “os realistas”. Gonçalves identifica, ainda, um grupo de exilados antimiguelistas no Brasil que formariam importante base de apoio a D. Pedro I. Vários grupos políticos brasileiros reagiriam também à virada absolutista representada pela subida de D. Miguel ao trono e é evidente que a restauração da monarquia constitucional em Portugal, conquistada nas campanhas de D. Pedro, teria grande repercussão nos jornais do Brasil, assim como efeitos decisivos na imagem e na memória constituída da monarquia e de D. Pedro posteriormente.

A desgastada regência de D. Pedro I passou à historiografia do século XX, com autores como John Armitage e Tobias Monteiro, como um momento de vitória das forças liberais e sentimentos nativistas sob os estrangeiros e o absolutismo do imperador. Segundo Cláudia Pandolfi²⁰, estes autores recorreram a fontes como jornal Aurora Fluminense e compraram a versão dos liberais sobre o evento da Abdicação, em sete de abril.²¹ Estudos mais recentes como de Gladys Ribeiro reafirmam a presença de um sentimento antilusitano entre as camadas mais populares da sociedade que decorreriam de disputadas por empregos num contexto de crise econômica, que para Iara Souza teria ajudado a minar o prestígio do Imperador. Autores como Marco Morel e Marcello Basile trazem contribuições no sentido de incorporar elementos a essas interpretações sobre o desgaste da imagem de D. Pedro até a abdicação como as ideias vindas com a Revolução Francesa e o debate de ideias na imprensa e na praça pública. Estes autores privilegiam a ação dos novos atores políticos e a sociedade civil e povo no processo.

Nesta pesquisa acompanhamos nos Dioramas e na imprensa periódica e repercussão do conflito entre D. Pedro e D. Miguel e outros eventos relacionados com a biografia de D. Pedro até o seu falecimento, acreditamos que essa circulação de representações foi fundamental para a reabilitação da imagem de D. Pedro I como herói da Independência do Brasil e legislador dos dois mundos, imagem, de certo modo, consolidada em 1862 com sua Estátua Equestre erigida no Rio de Janeiro.²²

²⁰ PANDOLFI, Fernanda Cláudia. A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no Primeiro Reinado. Tese de doutorado: Unesp. São Paulo 2007.

²¹ Para análises mais recentes do período ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro, RelumeDumará/ FAPERJ, 2002.

²² A estátua equestre é um monumento à independência que reabilitava a memória de Dom Pedro I como seu grande artífice e herói. Foi inaugurada no ano de 1862, na praça Tiradentes no Rio de Janeiro, o antigo Rossio e depois Praça da Constituição. “A figura do monarca bélico e despótico que a geração de 1831 havia produzido seria substituída pela do herói romântico – aquele capaz de realizar os desígnios da história, mesmo que tenha de ser devorado por ela.” Ver o artigo de ARAUJO, Valdeci Lopes de. A instrumentalização da linguagem. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano/Vol 44. Nº 2, p 50-61, 2008. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rpam_pdf/RAPM07A122008_ainstrumentalizacaodalinguagem.pdf. Acesso em: 08/01/2017.



Inventado por Louis Daguerre em 1822, o Diorama seria o resultado de um crescente interesse pela representação realística de situações distantes no tempo e no espaço. A ferramenta atingia centenas de pessoas que se reuniam em grandes edifícios/mecanismos especialmente elaborados para exibi-los. Os Dioramas documentavam uma crescente vontade de imersão na realidade representada - inclusive no passado. Era fácil perceber que esse novo público não esperava apenas, ou principalmente, lições do passado que lhe era mostrado, mas um tipo novo de experiência que pressupunha a recuperação não apenas de episódios, mas de toda uma atmosfera histórica.²³

Em pesquisa nos periódicos em circulação no Brasil pudemos encontrar notícias sobre a exibição de Dioramas de dois empresários distintos, que retratavam cenas do conflito entre D. Pedro e D. Miguel com grande apelo popular. Essas notícias nos dão importantes pistas acerca da recepção dessas representações e das suas formas de produção, que pretendemos ampliar ao longo desta pesquisa.

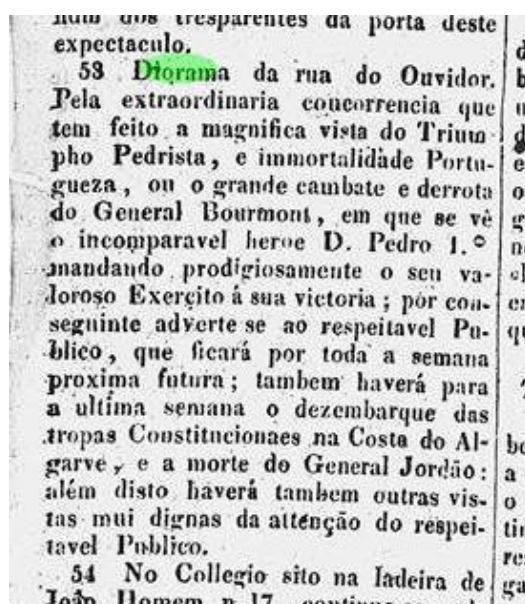


Figura 1 Diário do Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 1836

²³ ARAUJO, Valdei Lopes de. "Observando a Observação Sobre a Descoberta Do Clima Histórico E a Emergência Do Cronótopo Historicista." In *Perspectivas Da Cidadania No Brasil Império*, ed. José Murilo de Carvalho; Adriana Pereira Campos. Rio de: Civilização Brasileira, 2011, pp. 281–303.

debaixo da firma do annunciante.
 24 No Diorama da rua do Ouvidor n. 212, se acha a rica vista em que appareça D. Pedro I.º morrendo, esta superior vista chegada ultimamente de Lisboa, representa o mais triste, e afflictivo momento a todos os homens sensiveis, e liberação; e para que seja observada pelo respeitavel Publico: apparecerá a manhã Domingo a rica pintura do cadaver do illustre Legislador, e Libertador do Portugal, a qual deve merecer a attenção do respeitavel Publico.

Figura 2 Diário do Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1835

Esta pesquisa se insere, portanto, no âmbito da renovação dos estudos da história política, aproximando a história social e a história política no que tange seus objetos, problemas e conceitos como esfera pública e opinião pública. Metodologicamente a história política renovada colabora com ferramentas como as linguagens políticas. Observamos metáforas, conceitos, e representações que compõem as culturas políticas de uma determinada época. Tratamos os jornais não só como fonte, mas como problema, buscando compreender quais são os atores sociais por traz da produção deste jornal, a qual público ele era direcionado, os interesses comerciais e políticos por traz da sua produção e circulação.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Valdeir Lopes de. 2011. "Observando a Observação Sobre a Descoberta Do Clima Histórico E a Emergência Do Cronótopo Historicista." In *Perspectivas Da Cidadania No Brasil Império*, ed. José Murilo de Carvalho; Adriana Pereira Campos. Rio de: Civilização Brasileira, 281–303.
- BASILE, Marcelo. 2009. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999.
- MOREL, Marco. 2005. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 326 p.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Cidadania e participação política na época da independência do Brasil*. Cadernos CEDES. Vol 22 no58. Campinas. Dezembro de 2002.



- GONÇALVES, Andrea Lisly. “Cidadãos teóricos de uma nação imprecisa”: a ação política de estrangeiros no reinado de D. Miguel, 1828-1834. *Revista Tempo* | Vol. 21 n. 38, julho de 2015. Acesso em: novembro de 2016.
- _____. A luta de brasileiros contra o miguelismo em Portugal (1828-1834): o caso do homem preto Luciano Augusto. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 211-234- 2013. Acesso em: 11/2016.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. 2001. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: L. GUIMARÃES; M. PRADO, *O liberalismo imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro, Revan/UERJ, p. 103-126.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia. A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no Primeiro Reinado. Tese de doutorado: Unesp. São Paulo 2007.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. 2002. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro, RelumeDumará/ FAPERJ, 402 p.
- SILVA, Luana Melo. “O primeiro motor da Independência”: José Joaquim da Rocha e a experiência política do constitucionalismo no Brasil. Tese de doutorado. UERJ, 2016.
- SOUZA, Iara Liz. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo, UNESP.
- WOOD, R. Derek. 1993. “The Diorama in Great Britain in the 1820s.” *History of Photography* 17(3): 284–95.